



Roberto Freire (C) tirou o microfone da mão de Israel Pinheiro (de dedo em riste)

Deputados transformam em briga discussão sobre estabilidade

BRASÍLIA — Os deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e Roberto Freire (PCB-PE) quase trocam socos na sessão da Comissão de Sistematização, ontem à tarde. O motivo foi a aprovação da estabilidade para os trabalhadores, na noite de quarta-feira, quando a direita queria votar emenda do deputado e empresário Max Rosenmann (PMDB-PR) que retirava o princípio da estabilidade da Constituição e transferia o assunto para a legislação ordinária. A esquerda alegava que o tema não podia entrar em votação porque emenda semelhante já havia sido rejeitada pela comissão e, conseqüentemente, a proposta de Rosenmann estava prejudicada. O deputado Aloísio Campos (PMDB-PB), que presidia os trabalhos, ficou com o pedido de Rosenmann. Quando colocou a emenda em votação, a confusão foi generalizada.

Microfone — Logo no início da sessão, ao ser anunciado que estava em votação a emenda Rosenmann, o deputado José Genoíno

(PT-SP) pediu a palavra e argumentou que não era possível votar a emenda porque ela era igual ao primeiro substitutivo de Bernardo Cabral que havia sido rejeitado na tarde anterior.

O deputado José Maria Eymael (PDC-SP) negou que não houvesse o impedimento. Aloísio Campos decidiu acatar os argumentos do último orador. Quando anunciou que a proposta estava em votação, o deputado Israel Pinheiro Filho agarrou um dos microfones para elogiar a decisão.

— Você está de acordo e não pode falar. Eu que estou contra é que tenho que levantar a questão de ordem — disse Roberto Freire, tirando o microfone do suporte sem que Israel percebesse.

— O Roberto foi muito competente no roubo do microfone — observou o deputado José Maurício (PDT-RJ), que em seguida dirigiu-se a Israel: — Na marra, vocês não vão levar.

— Vocês não podem me tirar o microfone, eu quero e tenho direito

de falar — gritava Israel, atracando-se com Roberto Freire.

Aloísio Campos interrompeu a gritaria para comunicar que recebera sugestão por escrito do deputado Pimenta da Veiga para que suspendesse a sessão por 15 minutos enquanto as lideranças conversavam para buscar um entendimento.

“Vergonha” — Um grupo do PMDB — Euclides Scalco, Nelson Jobim, Miro Teixeira, Octávio Elizio, Jorge Hagge, Nelson Friedrich, Fernando Henrique Cardoso, Pimenta da Veiga e José Richa — se reuniu com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que não tomou nenhuma decisão. Campos pediu uma reunião de emergência da Mesa para resolver o assunto e, depois de duas horas, quando reabriu a sessão, informou que mantinha a decisão de colocar a emenda Rosenmann em votação. O deputado Bernardo Cabral protestou:

— Isso é uma vergonha, uma manobra, um golpe. Vou ficar com o meu substitutivo até o fim.

Sandra Cavalcanti e José Richa

Especialistas em promover entendimento

BRASÍLIA — Sentados ao fundo do plenário da Comissão de Sistematização, o senador José Richa (PMDB-PR) e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), formam, desde o início da votação do projeto de Bernardo Cabral, uma das mais atuantes *tabelinhas* da Constituinte. Embora dêem sempre a impressão de estar em silêncio, raramente deixam de influenciar para a aprovação ou rejeição de um só parágrafo do projeto.

“Eu não posso negar que ultimamente tenho conversado bastante com a Sandra e que temos nos entendido em muitas votações”, diz o deputado Luís Ignácio da Silva (PT-SP). Há dois dias, ele fez acordo com a deputada para a aprovação até o fim do mês de um artigo permitindo ao trabalhador optar por uma aposentadoria equivalente a 80 por cento dos seus vencimentos, aos 30 anos de serviço. “Não foi difícil convencer os dois a votarem com a gente”, conta Lula

Competência — Desempenhando com competência o papel que José Lourenço (líder do PFL) não consegue exercer — até por não integrar a Sistematização —, Sandra foi hábil ao aliar-se exatamente a quem fala pelo centro do PMDB. Logo que Bernardo Cabral se revelou incapaz de dar sozinho uma redação ao projeto de Constituição, ela e Richa se aliaram para formar o grupo dos 32 e elaborar o projeto Hércules, que hoje constitui 90% do projeto que está sendo votado.

“Acontece que eu e a Sandra descobrimos que falamos a mesma linguagem. A gente não tem nenhuma dificuldade para se entender”, diz o senador José Richa que, com ela lidera também o grupo que tenta diluir o parlamentarismo puro hoje previsto no projeto de Bernardo Cabral. Mas é no plenário da comissão que a dupla mais se destaca. Sexta-feira,



Richa e Sandra: uma dupla que vence com argumentos

quando ia ser votada uma emenda estabelecendo a prisão civil por dívida e para os que não depositam os tributos e contribuições recolhidos dos assalariados, o deputado Vítor Fontana (PFL-SC), autor da emenda, previu que a esquerda impediria a aprovação.

Argumentos — Imediatamente Sandra e Richa mandaram chamar Fontana ao fundo da sala e prometeram: “A gente dá um jeito”. O segundo passo da dupla foi chamar Lula para uma conversa, o que garantiu minutos depois a tranqüila aprovação da emenda. Segunda-feira, foi a vez de Sandra e Richa

vencerem as resistências de José Genoíno (líder do PT) para a aprovação de um parágrafo prevendo “prévia e justa” indenização para as desapropriações de interesse social.

A esquerda queria que a indenização fosse apenas “justa” para facilitar a reforma agrária. Na conversa de Sandra e Richa com Genoíno o argumento fundamental foi: “Até o regime militar, todas as Constituições previram ‘prévia e justa’ indenização. Vocês estão agora querendo um artigo igual ao da Junta Militar?” Genoíno mudou rapidamente de idéia e o parágrafo foi aprovado.

Esquerda usa direita e liderança do PMDB para defender estabilidade

Franklin Martins

BRASÍLIA — Perplexidade foi o sentimento predominante no plenário na noite de anteontem, com o resultado da votação - 64 a 29 - rejeitando por larga margem a emenda do deputado Darcy Pozza (PDS-RS), apoiada pela Confederação Nacional da Indústria, que pretendia derrubar a estabilidade no emprego. A esquerda, eufórica, não conseguia entender como conquistara tantos apoios ao centro e até mesmo entre os conservadores. “Fomos um grupo de alto risco que deu certo”, vibrou o deputado Néilton Friedrich. “Nunca vi coisa igual, estamos sem liderança”, lamentou o conservador Ricardo Fiúza (PFL-PE).

A esquerda ganhou a rejeição movendo-se com rara competência. Não se assustou com a argumentação da liderança do PMDB, para quem a única maneira de impedir a vitória da emenda dos empresários era aprovar o texto do primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, mais moderado. Os esquerdistas forçaram o confronto, aliado-se com a direita para derrotar a proposta moderada da liderança do PMDB. Em seguida, se alinharam com ela para derrotar a direita. Na manobra, ganharam inesperados aliados.

Opção — O senador José Richa, por exemplo, muito influente no plenário, que vinha defendendo o primeiro substitutivo, ficou irritado quando o PFL votou em peso contra ele, rompendo acordo fechado pela manhã. Em represália, decidiu ficar com o segundo substitutivo. “Na radicalização entre a esquerda e a direita, fico com a esquerda. Eu não vou assumir a direita na Constituinte”, disse Richa a deputados e senadores pefelistas.

Outros constituintes, porém, situados mais à direita, que votaram pela rejeição da emenda Darcy Pozza, fizeram-no com um raciocínio mais pragmático. Perceberam que ela seria derrotada de qualquer jeito, devido à divisão das forças de centro-direita, mas que seria possível tentar reverter o resultado, mais tarde, aprovando ontem a emenda Max Rosenmann - na prática, o retorno ao substitutivo I. O deputado Fernando Bezerra Colheo foi um deles, guardando fôlego para o lance seguinte. A esquerda estava enganada ao pensar que havia dado xeque-mate.

Terminada a reunião, enquanto deputados da esquerda saíam para comemorar no restaurante Piantella a sua mais importante vitória na Sistematização, os adversários trataram de rearticular-se. Em várias reuniões, os conservadores do PFL resolveram votar em bloco na emenda Max Rosenmann: “Descobriram a burrada que fizeram votando antes contra o substitutivo I”, explicou o deputado José Jorge (PFL-PE). Com a mudança de posição, esperavam atrair a liderança do PMDB para sua posição primitiva e botar água no chope da esquerda.

Desespero — A manobra, porém, já era desesperada. A liderança do PMDB, que havia brandido o substitutivo I como último dique contra a aprovação da emenda dos empresários gaúchos, não podia mais usar o argumento. “A realidade mudou, o que valia para ontem, não vale para hoje”, resumiu o vice-líder Miro Teixeira.

O próprio senador José Richa deixou claro: embora, pessoalmente, preferisse o texto do primeiro projeto de Cabral, só votaria com ele se essa fosse a posição do conjunto do PMDB. Cabral mantinha-se inflexível: “Isso é uma tentativa de golpe. Não vou compactuar com essa vergonha e ficarei até final com o meu segundo substitutivo”.

Levada a voto, a emenda Max Rosenmann foi amplamente derrotada. 59 a 34. A direita, que não cumpriu um preceito da elegância no xadrez — abandonar a partida, quando ela está irremediavelmente perdida, cumprimentando o adversário —, acabou ganhando o xeque-mate.

Associação de defesa da democracia deixa parlamentares perplexos

BRASÍLIA — Foi de perplexidade a reação de quase todos os parlamentares que tomaram conhecimento, no Congresso, da fundação da Associação Brasileira de Defesa da Democracia, formada por militares e civis ligados ao regime militar. O deputado Euclides Scalco, líder do PMDB na Constituinte, revelou-se o mais assustado. “É inacreditável que aqueles que foram responsáveis pela destruição do país, pelo endividamento externo e pela crise social, se organizem agora como arautos da democracia”, disse, referindo-se aos que, anteontem à noite, se reuniram no Clube da Aeronáutica, no Rio, para ouvir uma pregação anticomunista do professor Jorge Boaventura, do corpo permanente da Escola Superior de Guerra.

O líder do PFL, José Lourenço, recebeu a notícia quando conversava numa roda em plenário. Riu e limitou-se a dizer “sem comentários” quando soube os nomes de alguns integrantes da Associação (brigadeiros João Paulo Burnier e Délio Jardim de Mattos; generais Euclides Figueiredo e José Luiz Coelho Neto; e o ex-ministro da Justiça Armando Falcão). Na mesma roda, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), identificado como ligado aos militares, comentou: “A toda ação correspondente uma reação em sentido contrário e na mesma intensidade”. A culpa disso é da esquerda radical, que tem se exacerbado neste momento em que o país precisa de tanta moderação”.

Estagnação — Para Fiúza, a esquerda está querendo “tocar fogo no país” e a direita não tem outra saída a não ser se organizar para defender seus princípios. Também integrando a roda, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) adquiriu um tom solene: “Esses cidadãos, que já prestaram serviços à pátria, poderiam agora exercer suas atividades muito mais proficuamente do que na formação de tal entidade”.

Para o deputado José Maurício (PDT-RJ) “eles prestariam um serviço bem mais relevante ao país se fossem para casa”. Outro parlamentar que se revelou preocupado foi Fernando Lyra (PMDB-PE), ex-ministro da Justiça: “A reaglutinação de forças reacionárias e fascistas se faz possível no Brasil de hoje graças à estagnação do processo de transição democrática. O presidente Sarney, o presidente Ulysses Guimarães e tantos outros líderes da política brasileira querem inventar um tipo de democracia que não tem analogia no mundo ocidental, que é a democracia sem voto”.

Ao saber da criação da associação, o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, reagiu ironicamente: “O título é sugestivo. Temos que ver se esses militares vão realmente defender a democracia”. Também irônico, o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) disse que a fundação da associação parece um esforço da direita para fazer a esquerda assinar o documento de apoio ao presidente Sarney. “Sim, porque quando eles se põem contra o Sarney, a gente tem que ficar a favor”.